CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Nunes nega irregularidades em contrato ligado a produtora de "Dark Horse"

Fonte original: Claudio Dantas. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Claudio Dantas (claudiodantas.com.br)
Autor	Mariana Albuquerque
Data de publicação	01/06/2026 15:29
URL original	https://claudiodantas.com.br/nunes-nega-irregularidades-em-contrato-ligado-a-produtora-de-dark-horse/
Relevância	Média · Cultura e cinema · Notícia
Pessoas citadas	Ricardo Nunes, Karina Gama, Antônio Carlos Munuera Silveira, Jair Bolsonaro
Organizações	Fastfuture Tecnologias Emergentes, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Inovação
Data da coleta	29/09/2026 10:20
Situação	No ar · última verificação 26/11/2026 06:36
Versões	2 — editada após a publicação (última alteração 27/10/2026 01:06)



Imagem: reprodução / Claudio Dantas

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

RESUMO
O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), negou nesta segunda-feira (1º) a existência de irregularidades no contrato firmado entre a Prefeitura e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade presidida por Karina Ferreira da Gama, empresária ligada à produção do filme “Dark Horse“, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Segundo ele, o contrato foi firmado em junho de 2024, enquanto a produtora comunicou à SPCine as gravações do filme apenas em outubro de 2025.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), negou nesta segunda-feira (1º) a existência de irregularidades no contrato firmado entre a Prefeitura e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade presidida por Karina Ferreira da Gama, empresária ligada à produção do filme “Dark Horse“, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A declaração foi feita após a Polícia Civil deflagrar a Operação Wi-Fi, que cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços ligados à empresária, ao instituto, à produtora Go Up Entertainment e à Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia. A investigação apura suspeitas de fraude em licitação, desvios de recursos públicos e irregularidades na execução contratual.

Segundo Nunes, a administração municipal revisou o processo de contratação e não identificou problemas.

“Toda investigação vai ter todo apoio da Prefeitura de São Paulo. E, até o momento, nós não identificamos nada de irregularidade. Eu já pedi por duas vezes na última semana para poder rever todo o processo. E o que eu tive da minha equipe é a afirmação de que não existe absolutamente nada de errado dentro do processo de contratação”, afirmou.

O prefeito também contestou as suspeitas de direcionamento na contratação da entidade. Segundo ele, o chamamento público permaneceu aberto por 30 dias e apenas o ICB apresentou proposta.

“Durante 30 dias, nenhuma outra entidade quis participar. Ainda bem que essa entidade se propôs, dentro daqueles moldes de colocar pontos dentro das favelas, das comunidades. Ainda bem que ela participou e a gente pôde instalar e ter hoje 3.200 pontos dentro das comunidades. Nós não identificamos até o presente momento nenhum processo. Eu acho que isso está mais por conta de que a pessoa que é dessa entidade, ela participa do filme do (Jair) Bolsonaro. Por que é que só agora veio essa questão?”, questionou.

Nunes afirmou ainda que não existe relação entre a contratação da ONG e a produção do longa-metragem. Segundo ele, o contrato foi firmado em junho de 2024, enquanto a produtora comunicou à SPCine as gravações do filme apenas em outubro de 2025.

“Qual o problema? Se eventualmente a questão é política, eu acho que é um erro grave. Eu acho que é um desrespeito à democracia. Se estão fazendo isso por conta do filme, aí eu acho grave. Aí eu acho que precisa ter um outro tipo de apuração. Se por acaso tem uma conotação política partidária, é grave. Eu acho que ninguém merece ser investigado porque ela tem uma preferência política A ou B”, declarou.

Outro ponto contestado pelo prefeito envolve as suspeitas de superfaturamento. A Polícia Civil aponta que o instituto teria cobrado R$ 1.800 por ponto de internet instalado, enquanto a Prodam, empresa municipal de tecnologia, praticaria valores inferiores.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Nunes rebateu a comparação e afirmou que os custos utilizados pela investigação não refletem a realidade do projeto.

“Foi feita toda uma pesquisa de preço e ficava muito mais alto, ficava R$ 2 mil e pouco por ponto. Hoje, estamos pagando R$ 1.280. “Ah, a Prodam comprava R$ 200, R$ 300”. Nunca aconteceu isso, não existe isso. Eu não sei de onde tiraram isso. Agora, nesse exato momento, dos 3.200 pontos, 3.083 ativos e 117 offline. O que é lógico. Entre 3.200 pontos você vai ter alguns offline, cai energia, quebra o aparelho. Isso aqui vai mudando todos os dias”, afirmou.

De acordo com a Prefeitura, o programa WiFi Livre SP foi criado para ampliar o acesso à internet em regiões mais carentes da cidade. Nunes ressaltou que os pagamentos realizados correspondem aos cerca de 3.200 pontos efetivamente instalados, e não aos 5 mil previstos originalmente.

A investigação também analisa suposta “confusão patrimonial” envolvendo Karina Ferreira da Gama. Em documento enviado à Justiça, o delegado Antonio Carlos Munuera Silveira afirmou haver suspeitas de que recursos do programa WiFi Livre SP tenham sido desviados para financiar a produção de “Dark Horse” por meio de empresas subcontratadas pelo instituto.

Segundo a Polícia Civil, o ICB firmou aproximadamente R$ 98 milhões em subcontratações. Entre elas estão pagamentos de R$ 36 milhões à empresa Make One, R$ 30 milhões à UltraIP e cerca de R$ 12 milhões às empresas Complexys e Fast Future.

Os investigadores também questionam a capacidade técnica do instituto para executar serviços de telecomunicações e apontam que os valores contratados seriam superiores aos praticados pela própria Prodam.

Documentos obtidos pela imprensa mostram ainda que a Polícia Civil solicitou ao Judiciário acesso a relatórios financeiros do Coaf relacionados às movimentações de Karina e de empresas ligadas a ela. Até o momento, não há decisão judicial sobre esse pedido.

Sua opinião sobre esta matéria importa.

HISTÓRICO
v1 · 29/09/2026 10:20 · como foi encontrada · página SHA-256 a18e3d3d6ea89319b09c…
v2 · 27/10/2026 01:06 · alteração pequena · página SHA-256 ff4cbe91703121bf4952…

Nunes

Fonte original: https://claudiodantas.com.br/nunes-nega-irregularidades-em-contrato-ligado-a-produtora-de-dark-horse/ · Coletado em 29/09/2026 10:20 · Gerado em 28/11/2026 00:00